

POLÍTICA ECONÔMICA

Ministério da Fazenda e Fundo Monetário Internacional esperam concluir até o final do ano estudos sobre a retirada dos investimentos públicos em infra-estrutura do cálculo do superávit primário

Brasil e FMI mantêm negociação

O governo brasileiro espera concluir até o final do ano as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a retirada de investimentos públicos em infra-estrutura da conta do superávit primário (receitas menos despesas, excluindo o pagamento de juros). A meta acertada com a instituição é de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para este e para o próximo ano. A intenção é indicada em nota divulgada ontem à noite pelo Ministério da Fazenda após uma série de reuniões realizadas com os técnicos do Fundo desde a semana passada.

A missão, coordenada pela diretora do departamento fiscal do FMI, Teresa Ter-Minassian, chegou ao país na semana passada para analisar o chamado projeto-piloto, que propõe a retirada dos investimentos da conta do superávit. Na reunião entre os técnicos do Fundo e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foram discutidas várias opções para que os investimentos em infra-estrutura sejam incrementados.

A ampliação de gastos nesse segmento, inclusive, foi considerada como um "especial potencial" para acelerar o crescimento econômico no médio prazo, de forma consistente e sustentável. Na nota, o ministério informa que, em conjunto com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o FMI analisou as tendências dos investimentos de infra-estrutura e as alternativas para driblar as principais necessidades do setor. A utilização das Parcerias Público-Privada (PPPs) também foi cogitada como alternativa para a realização dos in-

vestimentos necessários.

O governo e o Fundo também concordaram em fortalecer os sistemas de avaliação, seleção, implementação e monitoramento dos investimentos públicos. A forma como isso será feito, no entanto, ainda dependerá de novas análises, que serão feitas ao longo das próximas semanas.

"Observou-se relevância de se promover o envolvimento do setor privado na construção e operação da infra-estrutura no Brasil, inclusive através de PPPs eficientes e fiscalmente responsáveis", informou a nota. "Estas questões serão aprofundadas nas próximas semanas, inclusive pela análise mais detalhada das informações proporcionadas à missão, e novas discussões com as autoridades brasileiras".

No entanto, alguns técnicos do FMI são contra excluir do cálculo das contas públicas a totalidade dos investimentos. Para eles, uma regra assim colocaria em risco o controle sobre o endividamento público. Os técnicos propõem que "passos sejam dados" no sentido de estimular o "investimento público produtivo". Com isso, aqueles projetos com maior im-

pacto positivo na economia devem ter prioridade, tanto pelo governo quanto pelos organismos multilaterais.

Essas são as principais conclusões do estudo "Investimento Público e Política Fiscal", elaborado pelos departamentos de Assuntos Fiscais e de Políticas de Desenvolvimento do FMI. O estudo reconhece que, em alguns países, a política fiscal reduz o espaço que o governo teria para investir. Isso tem reflexos negativos sobre o crescimento econômico.

Jamil Bittar/Reuters



TERESA TER-MINASSIAN: FMI VÊ POTENCIAL DE CRESCIMENTO